



ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

AVENTURA JURÁSSICA

RESPOSTA DE PARECER Nº 007/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94.121/2022 (1DOC)

DISCOVER ATRATIVOS TURISTICOS S.A

Balneário Camboriú, 2023

Responsável: LDD ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ 11.900.052/0001-30





A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

A CLELIA WITT SALDANHA

LDD ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.900.052/0001-30 vem por meio deste realizar um questionamento referente as questões levantadas no Parecer 003/2023 CEIV referente ao processo administrativo Nº 94.121/2022 (1DOC).

1. Para uma melhor análise e visualização do empreendimento, a CEIV solicita a apresentação do Projeto Arquitetônico Completo do Empreendimento (não somente o modelo de projeto legal da PMBC);

R: Atendido parecer 007/2023.

2. No item 1.2 do EIV é citada uma área de 24.225,22m². Melhor descrever essa área, demonstrando e demarcando em projeto. O projeto legal apresentado demarca uma poligonal de intervenção de 21.881,88m², rever ou reajustar.

R: Atendido parecer 007/2023.

3. A CEIV entende que proporcionar o desfrute de atividades turísticas com mais autonomia, adequação de instalações, comunicação e linguagem para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é fundamental. Desta forma, descrever e apresentar a proposta do empreendimento voltada para acessibilidade.

R: Atendido parecer 007/2023.

4. No item 2.3, a CEIV entende que faltou citar e/ou descrever se existirão equipamentos do tipo geradores, elevadores, estação de tratamento, maquinários, etc. Deve-se esclarecer e detalhar se as réplicas de dinossauros possuirão movimentos e/ou emitirão ruídos.





2ª Consideração da CEIV: ATENDIDO PARCIALMENTE. Atender a “esclarecer e detalhar se as réplicas de dinossauros possuirão movimentos e/ou emitirão ruídos.”;

R: A réplica dos dinos emitirão ruídos, estes reguláveis podendo somente ser feita avaliação considerando a inserção dos mesmos no local.

Segue no anexo 01 vídeo demonstrativo.

5. Descrever qual a expectativa de público esperada, por parte do empreendedor, para a atração nos diversos cenários possíveis (temporada, fora de temporada, etc.). Também informar qual a capacidade máxima de acordo com normas do corpo de bombeiros.

2ª Consideração da CEIV: ATENDIDO PARCIALMENTE. Atender a “informar qual a capacidade máxima de acordo com normas do corpo de bombeiros”.

R: Nos termos do PPCI a capacidade aprovada pelo CB é de 800 pessoas em área fechada conforme anexo 02.

6. Rever texto do item 2.4.1.3 Planta de Implantação pois não se refere ao empreendimento.

R: Atendido parecer 007/2023.

7. Item 2.4.1.4 é informado que a demolição das edificações existentes estava programada para acontecer em outubro de 2022. Desta forma atualizar o EIV. Se a referida demolição já ocorreu, incluir relatório fotográfico, as autorizações e PGRCC desta demolição.

R: Atendido parecer 007/2023, parágrafo do item 2.4.1.4. foi retificado.





8. No item 2.7.3.1 Situação vegetacional atual da área de estudo - uso do solo, é informada uma área total do empreendimento de 21.881,88. Tal área diverge da metragem apresentada pelos projetos arquitetônicos. Compatibilizar informações.

R: Atendido parecer 007/2023.

9. Quanto ao processo de supressão de vegetação, se o processo de autorização ambiental já estiver finalizado apresentar licenças.

2ª Consideração da CEIV: Apresentar licenças no Relatório de Cumprimento das medidas mitigadoras, na forma do art. 16, da Lei Complementar n.º 24/2018.

R: Será apresentado.

10. No item 2.7.3.3 Espécies ameaçadas de extinção, a CEIV concorda com a proposição e solicita que seja realizada o enriquecimento das áreas remanescentes, com o Euterpe edulis Mart. (palmito), Campomanesia reitziana (guabioba) e Cedrela fissilis (cedro). Favor, apresentar o plano e projeto deste enriquecimento.

2ª Consideração da CEIV: Como a tabela 21 trata da proposta de enriquecimento florestal da área remanescente de supressão, a CEIV solicita que seja retirada da relação as espécies exóticas.

Pode-se manter a proposta paisagística do empreendimento, porém essa medida compensatória de enriquecimento deve ser realizada apenas com espécies nativas da mata atlântica.

R: A tabela 21 representa a proposta Paisagística realizado pelos Paleontólogos, pode ser considerado como medida o enriquecimento desta área somente as espécies nativas, especialmente as ameaçadas de extinção.





11. No item 2.9.1 Consumo de água, informar e detalhar qual o empreendimento similar que foi considerado no estudo de caso junto a Empresa Municipal de Água e Saneamento.

R: Atendido parecer 007/2023, retificado item 2.9.1.

12. A viabilidade emitida pela CELESC informa uma demanda provável de 150.000KW, enquanto que no EIV é informado um consumo de 289.960 KW. Justificar e/ou compatibilizar informações.

R: Atendido parecer 007/2023, retificado item 2.9.2.

13. A viabilidade emitida pela CELESC informa uma demanda provável de 150.000KW, enquanto que no EIV é informado um consumo de 289.960 KW. Justificar e/ou compatibilizar informações.

R: Atendido parecer 007/2023.

14. Rever no PGRCC a classe do resíduo tipo gesso, o qual, conforme Resolução CONAMA n.º 431/2011, pertence à classe B.

R: Atendido parecer 007/2023.

Foi realizada a retificação da descrição do gesso pertencente a classe B no item 6.2.6.2. Acondicionamento do EIV, os demais itens apresentam descrição correta.

15. Quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos do empreendimento, a CEIV solicita que seja apresentado a planta de implantação do empreendimento com os locais das lixeiras e, especialmente, o detalhamento do espaço que será utilizado para depósito dos materiais que aguardarão a coleta por parte da concessionária municipal. Conforme informado pelo PGRS, a coleta seletiva acontece terça, quinta e sábado. Deste modo, apresentar os cálculos e detalhamento do





depósito para suportar no mínimo o acúmulo de dois dias de geração de resíduos recicláveis;

2ª Consideração da CEIV: Apresentar a fonte (referência técnica) utilizada no cálculo do volume de resíduo sólido. Esclarecer se no volume calculado foram considerados tanto os resíduos comuns como os resíduos recicláveis. Caso necessite de uma referência técnica para os cálculos, a CEIV indica o Manual para Manejo de Resíduos elaborada em parceria da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA) e Comcap, disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php?cms=manual+para+manejo+de+residuos+em+edificacoes&menu=7&submenuid=283>

R: Segue o detalhamento da lixeira no anexo 03, quanto ao anexo 01 consta na prancha 08 do projeto legal no anexo 01 da resposta ao parecer 003/2023.

16. A CEIV convida e questiona se o empreendimento não gostaria de participar e já prever a implantação de critérios ambientais para obtenção do SELO DE SUSTENTABILIDADE emitida pela Secretaria de Turismo em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente. Os critérios e as categorias do selo podem ser verificadas junto ao site www.seloturismoqualificadobc.com.br/selo-de-sustentabilidade;

2ª Consideração da CEIV: Apresentar documentação pertinente no Relatório de Cumprimento das medidas mitigadoras, na forma do art. 16, da Lei Complementar n.º 24/2018.

R: Será apresentado.

17. Com relação ao item Efluente de drenagem e águas pluviais, a CEIV entende ser necessário, como medida mitigadora, a instalação de um sistema de contenção de águas pluviais, por meio de tanque de retardo,





antes do lançamento do efluente pluvial na rede pública. Apresentar os projetos e memoriais, acompanhado da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica.

R: Atendido parecer 007/2023.

18. Compatibilizar as informações do item 2.9.4 do EIV com o memorial hidrossanitário aprovado pela EMASA;

R: Atendido parecer 007/2023, realizada a compatibilização das informações do item 2.9.4 do EIV.

19. Apresentar a da Viabilidade da EMASA constando assinatura do responsável pela emissão;

R: Atendido parecer 007/2023.

20. No dimensionamento do reservatório para aproveitamento da água pluvial, utilizar uns dos métodos previstos pela NBR 15527/2019 e apresentar a fonte dos dados utilizados para os cálculos;

R: Atendido parecer 007/2023.

21. Apresentar o Estudo de Insolação e Sombreamento conforme prevê o item 2.10 do Termo de referência da Lei Complementar n.º 24/2018, em especial da estrutura denominada centro vulcânico;

2ª Consideração da CEIV: A CEIV acata a justificativa apresentada. Incluir no EIV Final.

R: Atendido parecer 007/2023.

22. Em relação aos itens 2.12 Sistema Viário e item 3.7 Sistema Viário da Área de Vizinhança:





R: Atendido parecer 007/2023, itens "a" ao "e", "g" e "h", retificados já na versão do EIV anexado ao parecer 003/2023, com a indicação das páginas e tabelas. Segue igualmente retificado nesta versão R3.

f) Com relação ao Projeto Arquitetônico:

II) Indicar como serão realizadas as manobras de circulação dos ônibus na área externa. Demonstrar raios de giro. As faixas de tráfego terão sentido único no contorno? Como será a sinalização nesta área?

2ª Consideração da CEIV: Não foi identificada na planta a demonstração dos raios de giro dos ônibus na área de manobra do estacionamento. Sugere-se a utilização dos modelos (veículos de projeto) do DNIT.

R: O gabarito da Rua Aqueduto ao longo de toda a via é de 20m, sendo 3m a largura do passeio. Portanto, no lado da via que haverá ciclovias não haverá vagas de estacionamento, sendo 2m de ciclovias e 0,5m de segregador; enquanto no outro lado, onde houver estacionamento, será 2,5m para este fim. Desta forma a largura útil da faixa é de 4,5m para cada sentido de tráfego. O projeto foi atualizado considerando essas dimensões, demonstrando suas respectivas cotas e sinalização horizontal.

IV) Qual a localização da(s) vaga(s) de embarque/desembarque para operação de táxis, carros de aplicativo, visitantes, etc.? Essas vagas deverão ser demarcadas e sinalizadas vertical e horizontalmente. Indicar em Projeto;

2ª Consideração da CEIV: As vagas delimitadas para embarque e desembarque também deverá ser sinalizadas verticalmente para evitar parada e/ou estacionamento de veículos para outras finalidades.

R: Será apresentado nos termos do artigo 16 da Lei 24/2018.



Rua 10, nº 44 – Ed. Melmar, SL 09 • Balneário Camboriú • Santa Catarina

+ 55 047 33663143

deise@lddarquitetura.com.br





V) Deverá ser implantada uma vaga para operações de carga e descarga (C/D) na área interna (estacionamento). Essa vaga torna-se necessária tendo em vista o fornecimento de insumos/materiais para as lojas e os restaurantes indicados para o prédio principal (Edificação 1);

2ª Consideração da CEIV: As vagas de bombeiro e de carga e descarga deverão ser independentes, uma vez que pode haver a necessidade de uso concomitante e causar interrupções nos serviços de segurança e emergência.

R: Segue no projeto arquitetônico no anexo 04.

- i) Desenvolver estudo de viabilidade de implantação de ciclofaixa na Rua Aqueduto, de modo a dar continuidade aos trechos existentes no entorno e acompanhar o plano cicloviário municipal. A ciclofaixa deverá ser executada como medida mitigadora para a fase de operação do empreendimento. As sinalizações horizontal e vertical deverão estar em conformidade com a Resolução nº 973/2022 do CONTRAN (Anexo VIII - Sinalização Cicloviária);

2ª Consideração da CEIV: Com relação ao Anexo 8 do Projeto Arquitetônico (Apêndice I - Projeto da Ciclovia – Rua Aqueduto):

Além da largura da ciclovia, deverão ser demonstradas as medidas (cotas) da largura útil das faixas de tráfego e das áreas de estacionamento, considerando alguns pontos de estrangulamento identificados no projeto.

COTAS:

- Ciclovia;
- Elemento segregador da ciclovia;
- Faixas de tráfego;
- Estacionamento na via (demarcar vagas);
- Sinalização horizontal (linhas de divisão de fluxo, de bordo e de



Rua 10, nº 44 – Ed. Melmar, SL 09 • Balneário Camboriú • Santa Catarina



+ 55 047 33663143



deise@lddarquitetura.com.br





delimitação do estacionamento).

R: Segue no anexo 05 a solicitação.

23. No item 2.13 indicar aspectos do empreendimento voltados à sustentabilidade de forma melhor detalhada. Haverá uso de equipamentos/tecnologias? (exemplo: Iluminação em LED, temporizadores, sensores, energia solar fotovoltaica, citar os reusos d'água da chuva, compostagem, etc);

R: Atendido parecer 007/2023, incluso item 2.13, página 118 do EIV.

24. No item 2.14 Geração de Emprego e Renda, conforme termo de referência da Lei 24/2018, indicar os principais postos de trabalho, a remuneração média prevista e se existem cursos de qualificação;

R: Atendido parecer 007/2023.

25. No item 2.15, informar o valor de investimento em CUB/SC, apresentar a ART do profissional responsável pelo orçamento do empreendimento e informar qual a data que orçamento foi realizado;

2ª Consideração da CEIV: Atendido. Adequar no EIV FINAL, informando no corpo do EIV o valor total de investimento, convertido em CUB. Ainda, indicar o valor do CUB e o mês/ano de referência;

R: Adequado a matriz no anexo 06 e EIV, VC convertido com base em R\$ 2.671,09 CUB – MARÇO/2023.

26. Para uma melhor verificação, no mapa que delimita a AVD (figura 117), favor incluir a delimitação da ADA incluindo as áreas de trilhas. Incluir na AVD parte da morraria no entorno do empreendimento, o qual também sofrerá impacto direto oriunda do empreendimento;

R: Atendido parecer 007/2023.



Rua 10, nº 44 – Ed. Melmar, SL 09 • Balneário Camboriú • Santa Catarina

+ 55 047 33663143

deise@lddarquitetura.com.br





27. No item 3.1 Aspectos Históricos da Vizinhança, favor informar se existem bem tombados ou sítios arqueológicos dentro da AVI do empreendimento;

R: Atendido parecer 007/2023.

28. A CEIV solicita, como medida mitigadora dentro do escopo do empreendimento (contemplando as trilhas, áreas verdes, fauna e flora), um programa de educação ambiental a ser avaliado e aprovado pelo Programa Municipal Terra Limpa.

Prever uma parceria com o Programa Terra Limpa e Secretaria de Educação, na qual seja possibilitada a gratuidade de acesso para turmas de alunos de escolas públicas municipais, em cronograma e planejamento definido pela empresa em conjunto com as professoras municipais responsáveis pelo Programa Terra Limpa, atendendo a política municipal de educação ambiental (Lei 2884/2008).

2ª Consideração da CEIV: A CEIV acata a justificativa apresentada. Incluir no EIV Final.

R: Atendido Parecer 007/2023, condicionar medida solicitada pela CEIV ao Termo de Compromisso.

29. Em relação a Paisagem urbana, a CEIV entende ser necessário realizar a análise da relação entre a área privada e a pública (calçadas) da edificação com a rua Aqueduto, focando na criação de atratividade e vitalidade nestas áreas de transição. A abordagem deve focar em relação ao impacto (positivo ou negativo) que o empreendimento possa causar na segurança, vitalidade e atratividade que os pedestres experimentam ao andarem pela rua. Como se dará a integração das fachadas do empreendimento e a inter-relação destes espaços? Haverá telas, muros ou outros obstáculos?





As imagens apresentadas representam adequadamente o empreendimento em seu contexto de funcionamento. Contudo, falta a representação de estratégias de integração do espaço público e privado do empreendimento, no passeio, como arborização urbana, e paisagismo. Além dos projetos em planta, estes elementos devem ser representados na vista do observador (pedestre).

2ª Consideração da CEIV: A CEIV acata a justificativa apresentada. Incluir no EIV Final. Informamos que a relação com a paisagem urbana será avaliada para a emissão do Habite-se.

R: Será apresentado.

- 30.** Com relação ao item 3.9 - Análise dos níveis de pressão sonora, além do programa de gerenciamento e monitoramento de ruídos na qual prevê medições futuras com o empreendimento em funcionamento, apresentar a avaliação do nível de ruído atual do local, indicando metodologia e pontos amostrais (inclusive pontos no interior de mata atlântica).

R: Atendido parecer 007/2023, incluso no EIV item 3.9.

- 31.** Melhor detalhar, apresentando em projeto ou croqui esquemático, a medida mitigadora de coleta e contenção de água das chuvas através de reservatórios pluviais para posterior uso no canteiro de obras para a limpeza de materiais e lavagem das rodas dos caminhões.

2ª Consideração da CEIV: Justificativa acatada. Incluir no EIV Final e apresentar no relatório de cumprimento das medidas mitigadoras, de acordo com o art. 16, da Lei Complementar n.º 24/2018.

R: Será apresentado.

- 32.** Com relação ao item 4.2 Identificação dos Impactos a serem gerados pelo empreendimento e a Matriz Qualiquantitativa:





- a. Apresentar o programa de controle de materiais particulados o qual não foi localizado, bem como o item 6.1 Procedimentos para redução de emissão de materiais particulado. Após apresentação, será avaliado o percentual de mitigação do impacto "alteração da qualidade do ar".

R: Atendido parecer 007/2023.

- b. A CEIV entende que emissões de materiais particulados gerados na fase de construção do empreendimento (demolição, terraplenagem, construção, etc.) possui expectativa de ocorrência certa (valoração 3); abrangência, em especial devido movimentação de terra e de caminhões, na AVD (valoração 3).
Rever;

R: Atendido parecer 007/2023.

- c. Para o impacto "aumento da demanda sobre os recursos naturais", a CEIV entende que a abrangência é AVI (valoração 5);

R: Atendido parecer 007/2023.

- d. Rever, de maneira geral, na Matriz a classificação de magnitude de alguns impactos, pois há inconsistências. Exemplo: impacto redução da disponibilidade hídrica possui valoração de 74,3 e a matriz classificou como magnitude ALTA, sendo que seria MEDIA.

R: Atendido parecer 007/2023.

- e. A CEIV entende que as medidas mitigadoras para o impacto "Deteriorização das vias" não justifica uma mitigação de 50%. A CEIV entende como justa o percentual de mitigação de 30%.

R: Atendido parecer 007/2023.





- f. Apresentar o projeto de manejo florestal com os detalhamentos do reflorestamento do terreno proposto como impacto positivo.

R: Atendido parecer 007/2023.

- g. Para o Impacto "Aumento da poluição" devido geração de resíduos sólidos na etapa de operação e "Pressão no sistema de coleta e disposição de resíduos sólidos", a CEIV utiliza o seguinte critério para definição do percentual de mitigação:

10% - Quando adotado medidas de sensibilização ambiental voltada para a redução do consumo e reutilização dos resíduos;

30% - Quando adotado medidas de sensibilização ambiental voltada para a redução do consumo, reutilização, reciclagem; e implantado espaço adequado para correta segregação dos resíduos;

50% - Quando adotado medidas de sensibilização ambiental voltada para a redução do consumo, reutilização, reciclagem; implantado espaço adequado para correta segregação dos resíduos; e implantado no empreendimento métodos para reaproveitamento de resíduos (exemplos: Compostagem, biodigestão, etc)

Deste modo, para as soluções propostas, a CEIV entende como justa o percentual de mitigação de 30%.

R: Atendido parecer 007/2023.

Para o impacto "Pressão nos equipamentos de segurança pública e proteção" o EIV informa que não haverá mitigação. Rever a matriz e considerar percentual 0 (zero) de mitigação.

R: Foi realizada a adequação do percentual de mitigação do Impacto **Pressão nos equipamentos de segurança pública e proteção** considerando 0% (zero).





- h. Para o impacto "Aumento do desconforto acústico da Vizinhança" a CEIV entende que apenas o monitoramento dos ruídos não pode ser considerada uma medida mitigadora do impacto. Rever percentual de mitigação.

R: R: Atendido parecer 007/2023.

- i. Para o impacto "Aumento do consumo de energia", a CEIV entende que apenas a medida de conscientização dos funcionários não justifica um percentual de mitigação de 30%. Apresentar novas medidas mitigadoras (uso de iluminação em LED, equipamentos com alta eficiência energética - selo procel A, uso de fontes alternativas de energia, etc) ou rever percentual para 10%.

R: Atendido parecer 007/2023.

- 2. No item Índice sobre os Recursos Naturais - ISRN, o estudo apresentou valoração "1 - impacta os recursos naturais e o empreendimento é demanda reprimida no município", justificar com dados a demanda reprimida ou considerar o ISRN como "2 - Impacta os recursos naturais e o empreendimento não é demanda reprimida no município".

R: Foi adotado o item Índice sobre os Recursos Naturais – ISRN de 2 - Impacta os recursos naturais e o empreendimento não são demanda reprimida no município e retificado nos cálculos da Matriz Qualiquantitativa.

Solicito uma reflexão desta comissão, uma vez que ao solicitar a adoção do ISRN 2, esta comissão assume que este tipo de atividade não é reprimida no município, ou seja, não há falta, não há necessidade, tem de sobra. Atualmente em menos de um dia se percorre todos os destinos turísticos em Balneário Camboriú, a atividade no ponto de vista da equipe responsável pelo estudo é que a atividade é reprimida, e há muita necessidade de novas instalações de





equipamentos turísticos na Cidade. Mantivemos o índice solicitado uma vez que não há mais tempo hábil de contestações, porém fica aberta esta reflexão para equipe de análise.

33. No item Índice de Comprometimento da Infraestrutura da Vizinhança (ICIV), o estudo apresentou valoração "O - infraestrutura da vizinhança não está comprometida e empreendimento ou mitigações contribuem com as melhorias nestes serviços, a CEIV entende que a valoração justa do empreendimento deva ser de "3 - infraestrutura da vizinhança não está comprometida e o empreendimento não possui medidas mitigadoras efetivas";

2ª Consideração da CEIV: Considerando que a consultoria não apresentou justificativa e fez uma solicitação à CEIV, citando: "Solicito uma reflexão desta comissão, uma vez que ao solicitar a adoção do ISRN 2, esta comissão assume que este tipo de atividade não é reprimida no município". Diante desta solicitação, informamos que não estamos afirmando que o empreendimento "não é demanda reprimida", para tanto solicitamos através do Parecer n.º 003/2023-CEIV a apresentação da "justificativa". Desta forma, reiteramos a solicitação da justificativa com a apresentação de estudo indicando a demanda para o equipamento em questão. Após a justificativa técnica será avaliada novamente a valoração do ISRN;

R: Retira-se a contestação na resposta do parecer 003/2023, mantendo a solicitação desta comissão.

34. No item Índice de Comprometimento da Infraestrutura da Vizinhança (ICIV), o estudo apresentou valoração "0 - infraestrutura da vizinhança não está comprometida e empreendimento ou mitigações contribuem com as melhorias nestes serviços - a CEIV entende que a valoração justa





do empreendimento deve ser "3 – infraestrutura da vizinhança está comprometida e o empreendimento não possui medidas mitigadoras efetivas", ou, aguarda-se que sejam apresentadas medidas mitigadoras que mudem a valoração para "2".

R: Atendido parecer 007/2023.

35. Rever o cálculo do IEU que deve ser 0,9% uma vez que o lote ocupa área em ZAN e existem impactos diretos em área com zoneamento ZAN.

R: Atendido parecer 007/2023.

36. Conforme Art. 13 da Lei Municipal n.º 4107/2018 na implantação de novos empreendimentos deverá ser formulado, pelo empreendedor, projeto de arborização urbana, de acordo com as normas previstas pela aludida Lei. Desta forma, apresentar o projeto de arborização urbana das áreas de passeio público do empreendimento.

2ª Consideração da CEIV: Justificativa acatada. Incluir no EIV Final e apresentar no relatório de cumprimento das medidas mitigadoras, de acordo com o art. 16, da Lei Complementar n.º 24/2018, caso já tenha sido implantado o prolongamento da Rua Aqueduto.

R: Será apresentado.

Sem mais para o momento, aguardamos.

Atenciosamente, LDD Engenharia, Arquitetura e Consultoria LTDA.

LDD ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ 11.900.052/0001-30

